

MME analisa criação de certificados de energia para compensar ágio Mecanismo desenhado pela Abiape pode resultar na transformação de pagamento pelo UBP em títulos ao governo

Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre
7/6/2005

Está em análise no Ministério de Minas e Energia uma proposta que pode destravar o impasse em torno da viabilização das usinas hidrelétricas licitadas nos antigos leilões de energia - quando levava a concessão quem apresentava o maior lance sobre o preço inicial do projeto. O mecanismo, apresentado no final do mês passado pela Associação Brasileira de Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica, prevê a transformação do ágio pago pelos investidores em certificados. Os títulos seriam pré-pagos pelos acionistas e o governo, na prática, se tornaria sócio do projeto.

A iniciativa tem como objetivo tornar atrativas para o empreendedor as usinas pagas com ágios elevados, e ao mesmo tempo dar isonomia em relação aos projetos que serão licitados nos novos leilões de expansão - baseados em deságio. No modelo desenvolvido pela entidade, o valor do ágio seria trazido a valor presente, a uma taxa de desconto semelhante às utilizadas pelo governo brasileiro em títulos da dívida pública de igual prazo. Esse ágio, atualizado, seria transformado em montantes equivalentes de energia, com base nos preços médios resultantes dos novos leilões.

Os certificados originados a partir da equivalência entre o ágio atualizado e parte da potência de geração da usina seria entregue ao governo como forma de compensação, sem nenhum ônus embutido. "Na prática, seria como se o empreendedor desse uma parte da sociedade do projeto ao governo, por meio dos certificados lastreados pela produção da usina. Tudo isso sem que seja desembolsado nada pelo poder concedente", explica o presidente da Abiape, Mario Menel, ressaltando que governo poderia descontar os títulos quando quiser, transformando os certificados em moeda.

A proposta foi levada ao Ministério de Minas e Energia em uma reunião no dia 24 de maio, entre a diretoria da associação e o secretário-executivo Nelson Hubner - na ocasião ministro interino, em razão de viagem da ministra Dilma Rousseff à Ásia. Segundo Menel, a proposta agradou ao secretário, que indicou o secretário-executivo adjunto, Antonio Perez, para discutir e detalhar melhor o tema em novos encontros com a Abiape. O segundo deles ocorreu na última sexta-feira, dia 3 de junho, e o próximo está previsto para o dia 9, quando um modelo conjunto deve ser acertado.

De posse de uma proposta alinhada com o MME, a associação pretende em conjunto levar a iniciativa ao Ministério da Fazenda, que arbitrará qualquer definição sobre o encaminhamento do tema UBP. "Se o Ministério de Minas e Energia não estiver convencido de que a proposta dos certificados é não só viável, mas prática, não adianta conversarmos com a Fazenda, que realmente decidirá. O acerto com o MME é fundamental", frisa Menel. A possibilidade de os certificados se reverterem em moeda para o governo é visto por ele como um argumento de peso em favor da proposta.

Solução - No aspecto econômico, o mecanismo desenhado pela Abiape pode levar ao aumento da taxa interna de retorno dos projetos que tiveram pagamentos de ágios vultuosos no passado, como as usinas Serra do Facão, Salto Pilão, Couto Magalhães e Traíra II. As quatro somam cerca de 600 MW de capacidade instalada, e ainda não saíram da planilha dos empreendedores. Menel cita como exemplo Serra do Facão, segundo ele um projeto com taxa de retorno de 6% pelo modelo atual de pagamento do UBP. Simulações com a adoção dos certificados demonstraram uma taxa de 10%.

"Isso é importante, pois o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) só financia projetos que apresentam uma taxa de retorno interessante, e 6% certamente não é atrativo para o banco", sublinha Mario Menel, que participou nesta terça-feira (7) do "Fórum CBIEE - Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro", no Rio. O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales, destacou que a solução do impasse envolvendo a

UBP é um ponto crucial para o sucesso do leilão de energia que o MME pretende realizar este ainda ano.

"Tem que haver um critério para compensar quem pagou pelo UBP, porque se não quem adquiriu concessões pagando pelo direito do uso do bem público não tem como competir contra quem não vai pagar nada por isso", avalia Sales. Ele ressalta que algumas das principais hidrelétricas que já têm licença ambiental prévia, e que por consequência disso estão aptas ao leilão, dependem dessa solução. Outra saída, de diferir parte do pagamento da UBP em até 30 anos, segundo o presidente da Abiape não avançou, em razão de discrepâncias nas propostas dos agentes e do governo.